



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA  
DE ITAPAJÉ/CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 24/2016/CGJCE**

**Corregedor Geral da Justiça:**  
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva

**Juiz Corregedor Auxiliar:**  
Dr. Demetrio Saker Neto



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE ITAPAJÉ/CE**

**RELATÓRIO**

Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Em cumprimento à Portaria nº 24/2016 (DJe, de 28/06/2016), desta Corregedoria Geral da Justiça, que instituiu o 1º ciclo do segundo semestre do ano de 2016, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na **COMARCA DE ITAPAJÉ**, realizada em 07/07/2016 pelo Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Demetrio Saker Neto, sob a supervisão do Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará.

## ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA

Trata-se de Comarca de Entrância Intermediária, composta por 02 (duas) varas, cujo Fórum está localizado na rua São Francisco, nº 104, CEP: 62.600-000. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo de 2010, a comarca possui 48.350 (quarenta e oito mil e trezentos e cinquenta) habitantes, distante cerca de 130 km da Capital do Estado.

Com relação a estrutura física do prédio, destaca-se que o Fórum está instalado em dependências contíguas às do Banco do Brasil, verificando-se que não dispõem de acesso para pessoas com deficiência física. Conforme decisão do CNJ, referente ao Pedido de Providência nº. 0006238-79.2011.2.00.0000, formulado pela Associação Cearense de Magistrados, unidades jurisdicionais construídas em prédios comuns a estabelecimentos bancários contrariam a Resolução nº. 104/2010 CNJ, atentando contra a segurança dos magistrados, servidores e demais usuários dos serviços judiciários.

### METODOLOGIA

O exame inspeccional foi formalmente iniciado no dia 07 de julho de 2016. Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a inspeção.

Em cada uma das frações judiciárias, após conferência dos dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, foram examinadas ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo presos provisórios; réus foragidos; execução penal; Tribunal do Júri; cartas precatórias cíveis e criminais; mandados de segurança; ações civis públicas e por improbidade administrativa; processos inclusos nas Metas de 2016 do CNJ; demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s), crianças ou adolescentes; feitos conclusos há mais de cem dias; conclusos para julgamento, os pendentos de expedientes e os livros da Secretaria.

# 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ

## JUÍZA EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários são desempenhados pelo Dra. **JULIANA PORTO SALES**, Juíza de Direito, titular da 1ª Vara de Itapajé, desde 09 de dezembro de 2015.

Consoante registro em ficha funcional, a Dra. **JULIANA PORTO SALES** tomou posse na Magistratura estadual em 04/07/2013, no cargo de Juíza Substituta da Vara Única da Comarca de Icapuí. Por remoção, em 09/03/2015, passou a ocupar o cargo de Juíza Substituta da Vara Única da Comarca de Capistrano, e, em 09/12/2015, por antiguidade, para a 1ª Vara da Comarca de Itapajé, permanecendo nessa situação até a presente data.

## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Dra. **JULIANA PORTO SALES**, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE 05/2014 A 06/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2322	1494	1660	402	12243

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos meses de exercício jurisdicional, a Juíza apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 05/2014 A 06/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
96,75	62,25	69,16	16,75	510,12

À frente da Unidade inspecionada, a Magistrada obteve a estatística processual abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA 1ª VARA DE ITAPAJÉ, DE 01/2016 A 06/2016 (05 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
265	134	199	45	2668

Junto à 1ª Vara da Comarca de Itapajé, a Magistrada apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA VARA ÚNICA DA COMARCA VINCULADA DE TEJUÇUOCA, DE 01/2016 A 06/2016 (05 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
53	26,8	39,8	9	533,6

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, preenchido pela Unidade, tem como representante titular do Ministério Público da 1ª Vara da Comarca Itapajé, o Dr. **RODRIGO MANSO DAMASCENO**.

### DEFENSORIA PÚBLICA

A Comarca encontra-se sem Defensor Público.

### SECRETARIA DA VARA

A Vara está constituída por 04 (quatro) servidores efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em que Leila Maria e Silva Anselmo, exerce o cargo de Diretora de Secretaria desde 28/04/2016, nos termos da Portaria nº. 679/2016. Dispõe, ainda, de 10 (dez) servidores requisitados de outros órgãos públicos, conforme discriminado abaixo:

Leila Maria e Silva Anselmo	Diretora de Secretaria
Camila Arruda Belucco	Servidora efetiva do TJCE
Geferson Coelho Bastos	Servidor efetivo do TJCE

Irapuan Targino Nobre	Servidor efetivo do TJCE
Samuel Nistron Bastos Freire	Servidor efetivo do TJCE
Angélica Gomes Barreto	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Antônio Jair Menezes Cruz	Servidor requisitado de outro Órgão Público
Marcos Vinícius Alves Pinto	Servidor requisitado de outro Órgão Público
Rhemya Cruz Araújo Freire	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Susiane Bastos Marques	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Talita da Silva Rodrigues	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Maria Cristina Lima Rodrigues	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Natália de Melo Mendes	Servidora requisitada de outro Órgão Público
José Aires Ramos	Servidor requisitado de outro Órgão Público
Maria Ivonete da Silva Souza	Servidora requisitada de outro Órgão Público

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de junho de 2016, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	3
Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	9
Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
<b>TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE</b>	<b>13</b>
Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	10

### **EXAME DO ACERVO PROCESSUAL**

No dia 07 de julho de 2016 foi realizada visita na unidade por este Juiz Corregedor Auxiliar. Os dados estatísticos constantes no SGEC – Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria, em 06/2016, informados mensalmente pela Unidade, apontaram a existência de acervo na ordem de 1483 (mil quatrocentos e oitenta e três) processos e 14 (quatorze) cartas precatórias, todos em meio físico.

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Itapajé, constatou-se que:

1. Conforme dados do FICOVI, registre-se 43 (quarenta e três) processos estavam conclusos. Recomendou-se a movimentação dos processos conclusos, principalmente aqueles com prazo excedido;

2. **META 02/2016 do CNJ** – Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau. Verificou-se feitos paralisados aguardando a confecção de expedientes, ocasião em que foi recomendado à secretaria o cumprimento das determinações:

PROCESSO	FASE
5255-34.2013	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
6402-32.2012	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
4140-46.2011	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
316-84.2008	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
4983-74.2012	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.

3. **IMPROBIDADE** – Exemplos de processos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
6577-55.2014	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
576-35.2006	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23/06/2016. À secretaria para expedientes necessários.
458-25.2007	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

4. **ENASP** – Exemplos de processos analisados:

PROCESSO	DESPACHO
5082-64.2000.8.06.0100	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 28/06/2016. À secretaria para expedientes necessários.
5424-75.2000	Visto em inspeção. À conclusão da mm. Juíza para análise.
9315-45.2016	Visto em inspeção. À conclusão da mm. Juíza para análise.
601-43.2009	Visto em inspeção.
961-80.2006	Aguarde-se a realização da sessão de julgamento, designada para o dia 28/07/2016, às 10:00h (fl. 242).
2245-36.2000	Visto em inspeção. À conclusão da mm. Juíza para análise.
427-68.2000	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes (fl. 335v)

5. **INFÂNCIA E JUVENTUDE** – Verificou-se diversos feitos com pendência de expedientes. Exemplos de processos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
5026-40.2014.8.06.0100	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
8970-79.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.

7677-74.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
9312-90.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
6036-22.2014	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
8455-44.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 02.06.16. À secretaria para expedientes necessários.
8470-13.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 02.07.16. À secretaria para expedientes necessários.
8552-44.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 02.07.16. À secretaria para expedientes necessários.
6123-41.2015	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
6168-50.2012	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.

#### 6. CARTA PRECATÓRIA – Exemplos de processos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
9245-28.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
9150-95.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
7608-42.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
9097-17.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23.06.16. À secretaria para expedientes necessários.
9005-39.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23.06.16. À secretaria para expedientes necessários.
9004-54.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23.06.16. À secretaria para expedientes necessários.
8999-32.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23.06.16. À secretaria para expedientes necessários.
9001-02.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 27.06.16. À secretaria para expedientes necessários.

#### 7. IDOSO – Exemplos de processos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
8705-77.2016	Visto em inspeção.
8468-43.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 13.06.16. À secretaria para expedientes necessários.
8781-04.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 16.06.16. Faça-se a conclusão para expedientes.
4944-72.2015	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
6888-46.2014	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.

#### 8. RÉUS PRESOS – Exemplos de processos inspecionados

PROCESSO	DESPACHO
1-56.2008	Visto em inspeção. Aguarde-se a realização de audiência designada na fl. 247 dos autos.
5139-91.2014	Visto em inspeção. Aguarde-se a realização da audiência designada à fl. 71 dos autos.
4086-80.2011	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.



8035-39.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
8948-21.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
5778-12.2014	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise. (Fl. 35)

#### 9. MANDADOS DE SEGURANÇA – Exemplos de processos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
8658-06.2016	Visto em inspeção.
8029-32.2016	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
8835-67.2016	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
8973-34.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
6443-91.2015	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
5670-80.2014	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.

#### 10. EXECUÇÃO PENAL – Exemplos de processos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
8932-67.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
4093-86.2015	Visto em inspeção.
4208-10.2015	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 02.09.15. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8933-52.2016	Visto em inspeção. À secretaria para expedientes.
6919-32.2015	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
4899-73.2012	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 07.06.16. À secretaria para expedientes necessários.
4235-65.2013	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 27.04.16. Faça-se a conclusão para impulso oficial.
6174-57.2012	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 09.05.16. Faça-se a conclusão para impulso oficial.

#### 11. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DIRETORIA DO FÓRUM - processos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
9275-63.2016	Visto em inspeção.
9276-48.2016	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

12. **AUDIÊNCIAS** – Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à visita inspecional, foram realizadas 134 (cento e trinta e quatro) audiências pela Magistrada na Unidade, de acordo com o informado no FICOVI. As audiências são realizadas nos dias de terça e quarta-feira, possuindo audiências designadas até agosto de 2016.

## LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, por exemplo: Registro de Processos (Livro Tombo), Registro de Termos de Audiências, Registro de Sentenças, Carga e Entrega de Autos às Partes.

As observações pertinentes a cada livro estão discriminadas no formulário próprio, anexado a este relatório.

### **CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ**

**Banco Nacional de Mandados de Prisão (Resolução nº 137 do CNJ, de 13/07/2011 – Dispõe sobre o bando de dados de mandados de prisão, nos termos do art. 289-A do Código de Processo Penal):** A Unidade informou que é dado estrito cumprimento ao ato normativo quando da inscrição de dados no BNMP e demais rotinas atinentes a esses expedientes.

**Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidos:** A Unidade informou que as armas apreendidas são protocolizadas, identificadas, registradas em livro e sistema competente, após a apresentação de indispensável laudo e/ou trânsito em julgado da Ação, são entregues à Assistência Militar do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para a destinação de praxe.

**Resolução nº 112, de 02/04/2010 (Institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal):** A Unidade informou que são feitas revisões periódicas mensais para aferição de prescrições no âmbito criminal.

**Recomendação nº 24, de 04/08/2014 (Recomenda aos juízes e Tribunais a realização de mutirão para instrução e julgamento de processos criminais e sessões de julgamento do Tribunal do Júri):** A Unidade informou que é somado o máximo esforço na instrução e julgamento das ações em que figuram réus presos e aqueles submetidos ao Tribunal do Júri, inclusive, já tendo realizado 02 Semanas do Júri no 1º semestre deste ano, havendo outra

designada para o período de 25/07 a 28/07/2016.

### **Metas Nacionais do Judiciário:**

1. No que se refere à **Meta 2 de 2016** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau), verificou-se um total de 144 (cento e quarenta e quatro) processos pendentes em junho/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. Relativo à **Meta 4 de 2016** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013), verificou-se um total de 07 (sete) processos pendentes em junho/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

3. Quanto à **Meta 6 de 2016** (identificar e julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau), verificou-se um total de 10 (dez) processos pendentes em janeiro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação destas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

4. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

5. A Unidade informou que a Magistrada está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD. (META 8 de 2009);

6. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

7. A Juíza em atividade participou da capacitação em administração judiciária (META 8 de 2010);

8. O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (Meta 2 de

2011);

9. A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

10. A Vara alcançou a Meta 1 do CNJ de 2014, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos. Contudo, não atingiu em 2015. Quando considerados os 06 (seis) primeiros meses de 2016, verifica-se que a Unidade atingiu referida meta, conforme discriminado no quadro abaixo:

SEC. 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ								
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS			Total	Julgados %
				Titular	Respondendo	Auxiliando		
2014	458	510	111.35	485	8	0	493	107.64
2015	378	330	87.3	180	68	0	248	65.61
2016	227	151	66.52	265	1	0	266	117.18
	<b>1063</b>	<b>991</b>	<b>93.23</b>	<b>930</b>	<b>77</b>	<b>0</b>	<b>1007</b>	<b>94.73</b>

### **INSPEÇÃO JUDICIAL ANUAL – PROVIMENTO Nº 12/2015/CGJCE**

O Juízo da 1ª Vara da Comarca Itapajé realizou inspeção judicial anual no período de 04 a 15 de abril de 2016, nos termos do Provimento nº 12/2015/CGJCE.

De acordo com o relatório da inspeção realizada, todos os processos foram analisados individualmente, identificado a providência necessária, bem como despachados ou sentenciados pela Magistrada. Após a juntada da folha da inspeção, todos os processos foram atualizados no Sistema Processual – SPROC.

Entre as irregularidades encontradas, aponta-se: processos sem os termos necessários (data, conclusão), assinaturas em certidões, processos que não foram anotados quando da devida baixa em respectivo livro (Execução de Pena), ausência de pasta para arquivamento de mandados de averbações e inscrições, bem como, de alvarás e a falta de adoção de rotina em que os despachos/decisões sirvam como expedientes.

### **RECLAMAÇÕES**

No curso da Inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho da Magistrada no módulo.

## RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

1. A Secretaria deve observar os prazos para a realização de expediente decorrente de despachos/decisões, principalmente aqueles relativos às audiências já designadas e cumprimento de cartas precatória;

2. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2016, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau);

3. As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº. 12.008/2009 e Resolução nº. 18/2008-TJCE), as que figuram como partes crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, deverão ser identificadas e continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, especialmente, no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes;

4. Manter atenção aos processos de réus presos, apreciando, *ex officio*, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como priorizar a análise dos pedidos de liberdade provisória e revogação de prisão preventiva;

5. Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, utilizando a calculadora de prescrição do CNJ, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;

6. Conferir atenção ao cumprimento e devolução das cartas precatórias;

7. Aprimorar a aplicação do Manual de Rotinas – Procedimento Cível Comum Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos;

8. Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

## CONCLUSÃO

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Os esforços do Magistrado à frente da Secretaria, bem como da equipe de funcionários, visam garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As irregularidades anteriormente consignadas, em destaque o cumprimento das Metas do CNJ e processos paralisados por prazo excessivo, podem ser sanadas, atendidas as recomendações acima pormenorizadas.

Relativo as irregularidades encontradas por ocasião da inspeção judicial anual realizada pelo Juízo, nos termos do Provimento nº 12/2015/CGJCE, recomenda-se a adoção das medidas necessárias para sua devida correção.

## 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ

### JUÍZA EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários são desempenhados pelo Dra. **DANIELLE ESTEVAM ALBUQUERQUE**, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara de Itapajé, desde 02 de dezembro de 2013.

Consoante registro em ficha funcional, a Dra. **DANIELLE ESTEVAM ALBUQUERQUE** tomou posse na Magistratura estadual em 18/09/2009, no cargo de Juíza Substituta da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Por antiguidade, em 28/05/2012, passou a ocupar o cargo de Juíza de Direito Auxiliar da 3ª Zona Judiciária da Comarca de Quixadá, e, em 02/12/2013, por permuta, para a 2ª Vara da Comarca de Itapajé, permanecendo nessa situação até a presente data.

### PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Dra. **DANIELLE ESTEVAM ALBUQUERQUE**, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE 04/2014 A 06/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2464	1733	2261	975	10459

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos meses de exercício jurisdicional, a Juíza apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 04/2014 A 06/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
102,66	72,20	94,20	40,62	435,79

À frente da Unidade inspecionada, a Magistrada obteve a estatística processual

abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA 2ª VARA DE ITAPAJÉ, DE 04/2016 A 06/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2113	1477	1988	875	8072

Junto à 2ª Vara da Comarca de Itapajé, a Magistrada apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 2ª VARA DE ITAPAJÉ, DE 04/2016 A 06/2016 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
88,04	61,54	82,83	36,45	336,33

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, preenchido pela Unidade, tem como representante titular do Ministério Público da 2ª Vara da Comarca Itapajé, a Dra. **VALESKA CATUNDA BASTOS**, desde 13/10/2015.

### DEFENSORIA PÚBLICA

A Comarca encontra-se sem Defensor Público.

### SECRETARIA DA VARA

A Vara está constituída por 04 (quatro) servidores efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em que Emmanuel Fonseca Bayma, exerce o cargo de Diretor de Secretaria desde 16/03/2016, nos termos da Portaria nº. 396/2016. Dispõe, ainda, de 11 (onze) servidores requisitados de outros órgãos públicos e, 01 (uma) estagiária, conforme discriminado abaixo:

Emmanuel Fonseca Bayma	Diretor de Secretaria
Paulo César Borges da Silva	Servidor efetivo do TJCE
Natasha Chagas de Alcantara	Servidora efetiva do TJCE



Carlos Alberto Bastos Freire	Servidor efetivo do TJCE
Bernabio da Costa Magalhães	Servidor efetivo do TJCE
Liliane Sales de Lima Nobre	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Maria da Penha de Oliveira Barbosa	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Kelson Washington Gomes Ramos	Servidor requisitado de outro Órgão Público
Francisca Carmem Silvia Teixeira Pinto	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Juliana de Araújo Gomes	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Antônio Thiago Gomes Araújo	Servidor requisitado de outro Órgão Público
Gleyciane Maria Bastos Costa	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Marcisa Braga Melo	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Veraluce Oliveira Aguiar	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Raimundo Rodrigues Bastos Filho	Servidor requisitado de outro Órgão Público
Iamara da Mota Mesquita	Servidora requisitada de outro Órgão Público
Aline Lourdes de Aguiar Nascimento	Estagiária

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de junho de 2016, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	4
Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	11
Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	1
<b>TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE</b>	<b>17</b>
Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	10

## EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

No dia 07 de julho de 2016 foi realizada visita na unidade por este Juiz Corregedor Auxiliar, ocasião em que presentes se achavam a Dra. Danielle Estevam Albuquerque e os servidores lotados na Comarca.

Os dados estatísticos constantes no SGEC – Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria, em 06/2016, informados mensalmente pela Unidade, apontaram a existência de

acervo na ordem de 4147 (quatro mil cento e quarenta e sete) processos e 52 (cinquenta e duas) cartas precatórias, todos em meio físico.

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Itapajé, constatou-se que:

1. Conforme dados do FICOVI, registre-se 953 (novecentos e cinquenta e três) processos estavam conclusos, 106 (cento e seis) com prazo excedido e 37 (trinta e sete) estavam com prazo excedido para sentença. Recomendou-se a movimentação dos processos conclusos, principalmente aquelas com prazo excedido;

2. **META 02/2016 do CNJ** – Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau. Verificou-se feitos paralisados aguardando a confecção de expedientes, ocasião em que foi determinada à secretaria o cumprimento das determinações:

PROCESSO	FASE
4242-05.2010	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
4443-94.2010	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 09/05/2016. Faça-se conclusão para impulso oficial.
4314-55.2011	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 24/05/2016. Faça-se conclusão para impulso oficial.
128-28.2007	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
303-51.2009	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.

3. **CARTA PRECATÓRIAS** – Tocante às cartas precatórias em tramitação no Módulo, 52 (cinquenta e duas) não foram devolvidas ao Juízo deprecante, postergando-se o cumprimento para o mês subsequente (julho/2016), conforme dados extraídos do SGEN. Exemplos dos feitos inspecionados:

PROCESSO	DESPACHO
8322-02.2016.8.06.0100	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 30/05/2016. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8729-08.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 29/06/2016. Faça-se conclusão para impulso oficial.
8966-42.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23/06/2016. À Secretaria para expedientes necessários.
8983-78.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23/06/2016. À Secretaria para expedientes necessários.

8834-82.2016	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 09/06/2016. À Secretaria para expedientes necessários.
--------------	--

4. **PRESOS PROVISÓRIOS** – Exemplos de processos inspecionados referentes a réu preso:

PROCESSO	DESPACHO
7435-52.2015	Visto em inspeção judicial. RH. À conclusão da MM Juíza para análise de eventual excesso de prazo na formação da culpa. Expedientes necessários.
7891-65.2016	Visto em inspeção judicial. Feito paralisado desde 21/03/2016. À conclusão da MM. Juíza para análise do pedido de liberdade provisória. Expedientes.
7890-80.2016	Visto em inspeção judicial. RH. Feito paralisado desde 21/03/2016. À conclusão da MM. Juíza para análise do pedido de liberdade provisória. Expedientes.
7493-21.2016	Visto em inspeção judicial. RH. À conclusão da MM Juíza para análise de eventual excesso de prazo na formação da culpa. Expedientes.
8435-53.2016	Visto em inspeção judicial. RH. Feito paralisado desde 03/06/2016. À conclusão da MM. Juíza para análise do pedido de liberdade provisória. Expedientes.

5. **ENASP** – Exemplos de processos analisados:

PROCESSO	DESPACHO
5424-75.2000	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
9315-45.2016	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
601-43.2009	Visto em inspeção.
961-80.2006	Aguarde-se a realização da sessão de julgamento, designada para o dia 28/07/2016, às 10:00h (fl. 242).
2245-36.2000	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

6. **META 4/2016 do CNJ** – Identificar e julgar, até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013. Exemplos de processos analisados:

<b>PROCESSO</b>	<b>DESPACHO</b>
6577-55.2014	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
576-35.2006	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 23/06/2016. À Secretaria para expedientes necessários.
458-25.2007	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

7. **META 6/2016 do CNJ** – Identificar e julgar até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau. Exemplos de processos analisados:

<b>PROCESSO</b>	<b>DESPACHO</b>
6398-92.2012	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
6475-67.2013	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
6398-92.2012	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
6868-89.2013	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
6487-81.2013	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.

8. **INFÂNCIA E JUVENTUDE** – Exemplos de processos analisados:

<b>PROCESSO</b>	<b>DESPACHO</b>
4916-12.2012	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
6872-58.2015	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes. Fl. 19.
4993-84.2013	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes. Fl. 56.
4487-79.2011	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes. Fl. 42.
5302-37.2015	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.

9. **MANDADO DE SEGURANÇA** – Exemplos de processos analisados:

<b>PROCESSO</b>	<b>DESPACHO</b>
4943-24.2014	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 19/11/2015. Faça-se conclusão para impulso oficial.
6728-21.2014	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
5257-33.2015	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
9226-22.2016	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
6967-59.2013	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.

10. **IDOSOS** – Verificou-se diversos processos conclusos para sentença paralisados, oportunidade em que se recomendou o impulso oficial:

<b>PROCESSO</b>	<b>DESPACHO</b>
6370-56.2014	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.

6405-16.2014	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
5569-43.2014	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 26/11/2015. Faça-se conclusão para impulso oficial.
5900-25.2014	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 28/03/2016. Faça-se conclusão para impulso oficial.
6630-36.2014	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

11. **AUDIÊNCIAS** – Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à visita inspecional, foram realizadas 1.143 (mil cento e quarenta e três) audiências pela Magistrada na Unidade, de acordo com o informado no FICOVI. Existem audiências designadas até setembro/2016, com 10 (dez) processos pendentes aguardando designação.

## **LIVROS**

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, por exemplo: Registro de Processos (Livro Tombo), Registro de Termos de Audiências, Registro de Sentenças, Carga e Entrega de Autos às Partes.

As observações pertinentes a cada livro estão discriminadas no formulário próprio, anexado a este relatório.

## **BOAS PRÁTICAS**

A Unidade informou como boa prática a utilização do método cartesiano para localização dos processos na secretaria, bem como, a estipulação de agendas de trabalhos individualizadas para todos os funcionários, a fim de garantir melhor produtividade e organização.

## **CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ**

**Banco Nacional de Mandados de Prisão (Resolução nº 137 do CNJ, de 13/07/2011 – Dispõe sobre o bando de dados de mandados de prisão, nos termos do art. 289-A do Código de Processo Penal):** A Unidade informou que está realizando o devido cadastramento no BNMP.

**Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidos:** A Unidade informou que periodicamente está realizando remessa de armas para assistência militar do TJCE, para o devido recolhimento das armas apreendidas. Ademais, ficou cientificada das normas que regem a matéria, na forma prevista na Resolução do Órgão Especial nº 11/2015 TJCE.

**Resolução nº 112, de 02/04/2010 (Institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal):** A Unidade informou que a MM. Juíza determinou atenção referente ao controle dos prazos prescricionais.

**Recomendação nº 24, de 04/08/2014 (Recomenda aos juízes e Tribunais a realização de mutirão para instrução e julgamento de processos criminais e sessões de julgamento do Tribunal do Júri):** A Unidade informou que em relação aos réus presos, seus processos são colocados tarjetas vermelhas e na ratificação da denúncia as audiências de instrução e julgamento são marcadas com prioridades com prazo de 30 dias, quando não há a necessidade de expedição de carta precatória.

#### **Metas Nacionais do Judiciário:**

1. No que se refere à **Meta 2 de 2016** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau), verificou-se um total de 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) processos pendentes em junho/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. Relativo à **Meta 4 de 2016** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013), verificou-se um total de 11 (onze) processos pendentes em junho/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

3. Quanto à **Meta 6 de 2016** (identificar e julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau), verificou-se um total de 14 (quatorze) processos pendentes em janeiro/2016 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação destas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

4. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

5. A Unidade informou que a Magistrada está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD. (META 8 de 2009);

6. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

7. A Juíza em atividade participou da capacitação em administração judiciária (META 8 de 2010);

8. O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (Meta 2 de 2011);

9. A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

10. A Vara não alcançou a Meta 1 do CNJ de 2014 e 2015, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos. Quando considerados os 06 (seis) primeiros meses de 2016, verifica-se que a Unidade continua não atingindo referida meta, conforme discriminado no quadro abaixo:

SEC. 2ª VARA DA COMARCA DE ITAJAJÉ									
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS			Total	Julgados %	
				Titular	Respondendo	Auxiliando			
2014	1148	431	37.54	533	32	0	565	49.22	
2015	1475	800	54.85	943	58	0	1001	67.86	
2016	1295	506	39.07	672	26	0	698	53.9	
	<b>3918</b>	<b>1746</b>	<b>44.56</b>	<b>2148</b>	<b>116</b>	<b>0</b>	<b>2264</b>	<b>57.78</b>	

## INSPEÇÃO JUDICIAL ANUAL – PROVIMENTO Nº 12/2015/CGJCE

O Juízo da 2ª Vara da Comarca Itapajé realizou inspeção judicial anual no período de 01 a 17 de junho de 2016, nos termos do Provimento nº 12/2015/CGJCE.

De acordo com o relatório da inspeção realizada, todos os processos de prioridade

obrigatória/tramitação prioritária foram analisados em sua totalidade e foram realizados os despachos/decisões e expedientes para impulsionamento dos feitos, verificando-se que não constam nestes processos prazos extrapolados em sua tramitação.

Verificou-se uma diferença entre os processos físicos existentes em tramitação com a relação informada no Relatório Gerencial do Sistema Processual – SPROC.

## **RECLAMAÇÕES**

No curso da Inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho da Magistrada no módulo.

## **RECOMENDAÇÕES**

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

1. A Secretaria deve observar os prazos para a realização de expediente decorrente de despachos/decisões, principalmente aqueles relativos às audiências já designadas e cumprimento de cartas precatória;

2. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2016, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau);

3. As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº. 12.008/2009 e Resolução nº. 18/2008-TJCE), as que figuram como partes crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, deverão ser identificadas e continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, especialmente, no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes;

4. Manter atenção aos processos de réus presos, apreciando, *ex officio*, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como priorizar a análise dos pedidos de liberdade provisória e revogação de prisão preventiva;



5. Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, utilizando a calculadora de prescrição do CNJ, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;

6. Conferir atenção ao cumprimento e devolução das cartas precatórias;

7. Aprimorar a aplicação do Manual de Rotinas – Procedimento Cível Comum Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos;

8. Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

## CONCLUSÃO

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Os esforços da Magistrada à frente da Secretaria, bem como da equipe de funcionários, visam garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As irregularidades anteriormente consignadas, em destaque o cumprimento das Metas do CNJ e processos paralisados por prazo excessivo, podem ser sanadas, atendidas as recomendações acima pormenorizadas.

Foi informado a existência de inconsistências em relação à estatística do SGEC, bem como diferença entre os processos físicos em tramitação e aqueles informados no Sistema Processual – SPROC. Dessa forma, recomendou-se que a Unidade diligencie junto à Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal de Justiça para solucionar a situação relatada.

Relativo as irregularidades encontradas por ocasião da inspeção judicial anual realizada pelo Juízo, nos termos do Provimento nº 12/2015/CGJCE, recomenda-se a adoção das medidas necessárias para sua devida correção.

## **DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE ITAPAJÉ**

À época da visita inspeccional, encontrava-se à frente da Diretoria do Fórum da Comarca de Itapajé a Dra. JULIANA PORTO SALES, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara, conforme Portaria nº 117/2016-TJCE, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 03 de fevereiro de 2016.

Conforme Certidão nº 843/16, em anexo, tramitam 02 (dois) processos administrativos perante a Diretoria do Fórum da Comarca de Itapajé, quais sejam: 1) 9275-63.2016.8.06.0100, autor: Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, requerido: Oficial Titular do Cartório de Registro Civil do Distrito de Pitombeiras, desta Comarca de Itapajé; 2) 9276-48.2016.8.06.0100, autor: Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, requerido: Oficial Titular do Cartório de Registro Civil do Distrito de Iratinga, desta Comarca de Itapajé.

## **PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE ITAPAJÉ**

O servidor Samuel Nistron Bastos Freire, distribuidor das Demandas Cíveis e Criminais, bem como das certidões emitidas na Comarca de Itapajé, nomeado através da Portaria nº 02/2009, certificou que os feitos cíveis e criminais recebidos diariamente no Setor de Distribuição desta Comarca e distribuídos diariamente para os Juízos das 1ª e 2ª Varas de mencionada Circunscrição, se encontram rigorosamente em dias.

## **CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE ITAPAJÉ**

Conforme certidão em anexo, os mandados recebidos e distribuídos diariamente para os 02 (dois) Oficiais de Justiça lotados na COMAN da Comarca de Itapajé, Sr. Geferson Coelho Bastos e Sra. Teresa Herminia Rocha Lopes, se encontram rigorosamente em dias.

## **CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC**

Conforme certidão em anexo, as audiências do Juizado Especial da 2ª Vara estão sendo realizadas no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, presididas pelo servidor Paulo César Borges da Silva, matrícula nº 3013, Auxiliar Judiciário, tendo sido nomeado Conciliador e Mediador do referido Centro, iniciada as referidas sessões no mês de maio.

No mês de maio foram realizadas 230 (duzentas e trinta) audiências.

## **IMÓVEIS DESTINADOS À RESIDÊNCIA OFICIAL DOS MAGISTRADOS**

A Comarca de Itapajé possui 02 (dois) imóveis destinados à residência oficial dos Juízes, localizados nos seguintes endereços: Rua Tarcila Carneiro Saraiva, s/n, Centro; e Rua Dois de Fevereiro, s/n, Centro.

Os imóveis estão em péssimas condições de uso para moradia. Atualmente, as Juízas residem em imóveis alugados.

## **CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE ITAPAJÉ**

A Cadeia Pública de Itapajé/CE está instalada na rua Ant. Braga, nº 90. Tem como Administrador o Sr. Francisco da Silva Sousa. O estabelecimento apresenta celas com péssimas instalações, com infiltrações e superlotação. Não dispõe de cela destinado às detentas. O prédio é antigo, precisando de diversos reparos.

A edificação possui 07 (sete) celas, com 54 (cinquenta e quatro) presos em regime fechado. O imóvel possui área apropriada para banho de sol dos detentos, ocorrendo diariamente, em dois períodos, por 02 (duas) horas. As visitas ocorrem nos dias de quarta e domingo, das 13 às 17.

Possui registro de fuga recente, em junho/2016 01 preso fugiu e ainda não foi recapturado. Não possui aulas de ensino fundamental e médio para os presos. A alimentação é fornecida pela SEJUS. Não existem policiais, apenas agentes, e nenhuma viatura à disposição da cadeia.

Também foi informado pelo Administrador que a Juíza comparece regularmente à Cadeia.

## **CONCLUSÃO**

Considerando tratar-se de relatório referente à comarca composta por 2 (duas) Unidades Judiciárias, Diretoria do Fórum, Protocolo e Distribuição, Central de Mandados, CEJUSC e Cadeia Pública, reportamo-nos às observações, recomendações e conclusões lançadas após a exposição de cada um dos referidos tópicos.

Assim, aproveitamos este espaço para destacar que, no geral, a atividade jurisdicional na Comarca de Itapajé vem sendo prestada satisfatoriamente, com um claro empenho das Magistradas e servidores que lá atuam.

É o relato, que ora se submete à apreciação desse Colendo Conselho.

Publique-se.

Fortaleza/CE, 02 de agosto de 2016.

**DES. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA**

Corregedor Geral da Justiça

**DEMETRIO SAKER NETO**

Juiz Corregedor Auxiliar